

## Moção

### Solidariedade com a luta dos trabalhadores da AMARSUL

Considerando que:

- No ano de 2021, os trabalhadores da Amarsul apresentaram um caderno reivindicativo à empresa no qual constava o aumento de salários, a regulamentação do subsídio de penosidade, insalubridade e risco, entre outras matérias;
- O caderno reivindicativo não obteve qualquer resposta por parte da administração, ou melhor, a resposta foi: “0% de aumento e não estamos dispostos a falar mais”;
- Após a decisão dos trabalhadores em avançar para um processo de luta, mais especificamente, uma greve, agendada para o período entre 29 de Novembro de 2021 e 3 de Dezembro de 2021, a EGF deu orientações à Amarsul para que os trabalhadores recebam um cartão de compras Continente, no valor de 60€, supostamente para compensar os 20 meses de que estiveram na linha da frente em tempo de pandemia. Qualquer coisa que dá 3€ por mês, 0,14 cêntimos por dia, valor que mal dá para comprar uma papo-seco, acção que foi considerada pelos trabalhadores como um puro acto de provocação e de enorme desconsideração pelo modo como desempenham as suas tarefas todos os dias;
- No primeiro dia de greve, a Administração da Amarsul deu instruções à empresa de trabalho temporário para enviar mensagens telefónicas onde esta referia “daqui fala da Autovision. Tivemos conhecimento que os colaboradores da Amarsul estão de greve, e por isso viemos enviar esta mensagem a informar que deverá apresentar-se ao serviço. Caso não o deixem entrar nas instalações, devera contactar imediatamente a Polícia. Obrigado e boa semana para si”, tentando desta forma limitar os trabalhadores temporários de participar na greve;



- No terceiro dia de luta, 1 de Dezembro, sem que nada o justificasse, a Administração da Amarsul, invocando a alteração da ordem pública chamou as forças de segurança para os ecoparques de Palmela e do Seixal, tendo como objectivo impedir e afastar o piquete de greve de desempenhar as suas funções. Ocorrendo empurrões e várias tentativas de afastar de trabalhadores da sua função no piquete de greve no Ecoparque de Palmela, a mesma tentativa foi feita no Seixal, onde depois de informado o comando da PSP que o que existia era um conflito laboral e não um problema de ordem pública, este concordou com os argumentos apresentados e concluiu que a ordem pública não estava posta em causa;

- Nesse mesmo dia, por indicação da Direcção Nacional da PSP, dá-se lugar à intervenção junto do piquete de greve afastando o mesmo da porta da empresa, impedido que o piquete constituído nos termos da lei cumprisse o seu papel e a sua função legalmente definida, para tal passou a efectuar as suas funções de outra forma;

- No decorrer do quarto dia de greve, 2 de Dezembro, a PSP, a Administração da empresa e a Câmara Municipal de Almada decidem escoltar os camiões do lixo da Câmara Municipal de Almada, afastando o piquete de greve da porta do Ecoparque do Seixal, acantonando-o de forma violenta e agressiva, de forma a que os camiões entrassem no aterro, e o piquete de greve deixa-se de cumprir as suas funções;

- A intervenção da PSP excedeu os limites e funções da sua missão e valores, a Amarsul e o grupo EGF (Mota-Engil), contaram com o conluio do Governo, para o caso o Ministério da Administração Interna, para tal basta referir que os carros de intervenção rápida e a actuação policial se efectuava dentro das instalações da empresa e nas costas do piquete de greve;

#### **A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 10 de Dezembro de 2021, delibera:**

- Solidarizar-se com a justa luta dos trabalhadores da Amarsul, pelo aumento dos salários;

- Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores pela efectivação do seu vínculo laboral, pois nada justifica a contratação de 25% de trabalhadores a empresas de trabalho temporário, quando o posto de trabalho é permanente;

- Repudiar todos os actos cometidos pelas forças de segurança que visaram reprimir e intimidar os trabalhadores em greve, impedindo o piquete de greve de exercer as suas funções nos termos legais;
- Repudiar a atitude da administração da Amarsul (EGF/Mota Engil) pelo facto e não negociar com os seus trabalhadores o aumento de salário e restantes matérias reivindicativas, comprometendo deste modo o serviço público que deve prestar;
- Saudar os munícipes do concelho de Setúbal pela forma cívica com que lidaram com a ausência de recolha de resíduos sólidos urbanos durante o período desta paralisação, evitando riscos para a saúde pública;
- Exigir que a AMARSUL cumpra o contrato de concessão, prestando o serviço essencial a que está obrigada e pelo qual é paga pelos munícipes deste concelho, resolvendo os problemas laborais, promovendo o diálogo, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos seus trabalhadores, evitando conflitos laborais e cumprindo a lei, designadamente, respeitando o direito à greve;
- O Município de Setúbal cliente da AMARSUL, mas também seu accionista, não pode admitir que os seus munícipes sejam prejudicados por uma empresa que, após a privatização da EFG, degradou a qualidade dos serviços prestados e não se apresenta disponível para uma negociação séria e de boa-fé com os seus trabalhadores e as suas organizações representativas.

Assembleia Municipal de Setúbal, 10 de Dezembro de 2021

Os eleitos da CDU,

**Enviar a presente moção para:** Ministério da Administração Interna; Ministério do Trabalho e Segurança Social; Administração da Amarsul; Grupo EGF/Mota Engil; Órgãos representativos dos trabalhadores da Amarsul (Comissão Intersindical).

